

Agora, Tucuruí deverá custar mais 200 bilhões

Do correspondente em BELÉM

Se o governo quiser dar garantia total à Hidrelétrica de Tucuruí, deverá gastar de 130 a 200 bilhões de cruzeiros na limpeza da área, que será inundada a partir de julho do próximo ano, com o fechamento das comportas da represa. O custo do desmatamento significará um acréscimo de mais de 100% ao preço da usina, a segunda maior do País e a quarta do mundo, que está sendo construída no Pará com investimento superior a US\$ 6 bilhões.

Esta é a principal consequência econômica do malogro da Capemi Agropecuária, que se havia comprometido, ao vencer a concorrência aberta pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) no início de 1980, a limpar pelo menos 67 mil dos 216 mil hectares a serem cobertos pelas águas do Rio Tocantins. Aparentemente, a delimitação dessa área, que corresponde a um terço da extensão do lago artificial, resultou de um levantamento feito por encomenda da Elettronorte. Segundo esse estudo, não seria necessário, para preservar a integridade da usina, desmatar toda a área do reservatório, bastando limpar aproximadamente 30%.

Mas a Capemi, após gastar US\$ 75 milhões, não conseguiu extrair mais que 300 mil metros cúbicos de madeira, correspondendo a mil hectares de floresta derrubada. Mesmo nessa pequena área, porém, não houve a extração de toda a massa vegetal: a Capemi retirou apenas madeira-de-lei, deixando no chão árvores imprestáveis, galhos e folhas, entulho que já não pode ser transferido para outra área e vai ser submerso pelas águas.

A atual situação da Capemi indica que a empresa dificilmente conseguirá dar continuidade aos trabalhos. Outras empresas que poderiam substituí-la não parecem interessadas no projeto: o tempo de que vão dispor é muito exiguo (pouco mais de um ano, mas apenas um verão completo), principalmente porque é inútil tentar realizar a extração de madeira durante quatro ou cinco meses do ano, devido às chuvas; os investimentos também são considerados pesados demais.

Nesse caso, o próprio governo terá de assumir o custo da limpeza. A Elettronorte já iniciou o trabalho, colocando em licitação uma área menor, de 10 mil hectares, vital para a segurança da barragem. Nela, deverá gastar 7 bilhões de cruzeiros, além de dar a madeira à empresa responsável pelo desmatamento. Se esse mesmo preço fosse cobrado para a extração da madeira da área concedida à Ca-

pemi, o custo chegaria a 45 bilhões de cruzeiros.

Contrariando entendimento firmado pela Elettronorte, porém, o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), que desde 1980 realiza pesquisas sistemáticas sobre a ecologia na área do reservatório, defende a necessidade de limpar pelo menos 184 mil hectares não apenas para evitar uma série de repercussões ainda não adequadamente avaliadas, como também para preservar a própria usina. Nesse caso, o custo do desmatamento subiria para 130 bilhões de cruzeiros, com possibilidade de chegar a 200 bilhões.

O preço que a Elettronorte vai pagar para a empresa vencedora da concorrência para desmatar os dez mil hectares, de 70 cruzeiros o metro quadrado, só foi possível porque a madeira ficará toda para o desmatador. Mas no caso de uma área maior, dificilmente a empresa terá tempo para retirar a madeira. Precisar, além disso, utilizar o máximo de equipamentos, onerando os custos e o preço por metro quadrado deverá crescer, em função disso.

Assim, o que parecia um grande negócio quando a Capemi ganhou a licitação e começou a implantar o Projeto Tucuruí, em agosto de 1980, transformou-se num pesadelo. A não utilização econômica da floresta que será inundada já representa uma perda de US\$ 500 milhões em madeira que poderia ser exportada ou comercializada no mercado interno, ou destinada a subprodutos para a produção de carvão vegetal. E além de não haver esse faturamento, o governo terá de financiar a limpeza da área.

A execução dessa tarefa, no entanto, não é apenas questão de dinheiro, cujo volume, por si só, seria suficiente para causar enormes problemas. É, também, uma questão de tempo: o prazo de 18 meses que ainda resta (na verdade reduzido à metade, devido ao "inverno" amazônico) torna praticamente impossível o desmatamento total da área do reservatório, muito extensa (200 quilômetros ao longo do rio, por 30 quilômetros de largura, em média). Seria necessário executar o trabalho em prazo muito curto para que a vegetação não rebrotasse. Tecnicamente, a limpeza integral tornou-se inviável porque teria de ser feita em dois meses.

Restariam então as opções de fazer desmatamentos seletivos, como a Capemi iria realizar, ou localizados, como o que a Elettronorte vai iniciar no trecho mais próximo à barragem. Neste último caso, talvez fosse possível retirar também a madeira. Mas em áreas maiores, o desmatador deverá tocar fogo na flores-

ta, destruindo-a completamente. Seria o maior incêndio da história do Brasil e um dos maiores do mundo. Mesmo sem se preocupar com esse aspecto mais ético da questão, alguns especialistas duvidam que, tecnicamente, haja possibilidade de fazer essa queima total. Eles acreditam que o rio acabará submergindo grande parte da matéria vegetal que existe na região.

Segundo um cálculo simplificado, o Tocantins vai cobrir algo em torno de 70 milhões de metros cúbicos de floresta — no mínimo 60 e no máximo 200 milhões de toneladas de troncos, folhas, galhos e massa viva. O que acontecerá a partir do momento em que a água sepultar essa floresta?

Os estudos ainda não são conclusivos, mas o Inpa, contratado pela Elettronorte para o levantamento ecológico seis anos depois do início das obras civis da barragem, levantou muitas hipóteses, várias delas já testadas. A formação de ácido sulfídrico, por exemplo, vai matar algumas espécies de peixes, principalmente os mais sensíveis à redução de oxigênio e nas margens dos rios se desenvolverá, em grande escala, um tipo de peixe que servirá de alimento aos peixes de pântanos, provocando uma profunda inversão ecológica.

Haverá condições favoráveis à disseminação de caramujos, devido ao acúmulo de cálcio, provocando a ocorrência de esquistossomose, doença ainda rara na Amazônia. Os vetores de malária também terão ambientes favoráveis para seu desenvolvimento.

Fazendo pesquisas num igarapé, técnicos do INPA constataram que a "salvina auriculata", uma planta que infestou a África e a Ásia, criando problemas tanto em represas como em plantações de arroz, "mostrou ser capaz de desenvolver-se em grande quantidade, depois de um período de adaptação". Classificaram esse resultado de "altamente alarmante".

A degradação da vegetação inundada provocará diminuição do teor de oxigênio dissolvido na água. Haverá, assim, a produção de gás sulfídrico e de metano, podendo ocorrer também deposição de sulfeto de ferro no sistema de alimentação de água da usina. Haverá corrosão nas máquinas, com possibilidade de explosões nas turbinas devido ao acúmulo de gás. Será necessário constituir um sistema de defesa contra a penetração de madeiras, inclusive nas eclusas, que funcionariam precariamente. Tudo isso implicaria custos mais elevados e menor tempo de vida útil para a usina, uma obra que já passou de 500 bilhões de cruzeiros e chegará a 1,3 trilhão quando concluída.

Desmatamento será definido logo

Da sucursal de CURITIBA

O ministro da Agricultura, Amaury Stábile, adiantou ontem, em Curitiba, que até o final da semana será anunciada uma solução para o problema da exploração da madeira na área do futuro reservatório da hidrelétrica de Tucuruí. Ele disse que a principal proposta estudada até o momento é a formação de um consórcio de empresas nacionais com a participação das empreiteiras que já atuam na área — serrarias e transportadoras — incluindo a própria Capemi Agropecuária.

Durante uma solenidade no Palácio Iguacu, com a presença de vários líderes cooperativistas de todo o País, o ministro revelou que desde o início do processo de concorrência para a exploração da madeira, o governo sabia que a Capemi não possuía "experiência e condições técnicas", além dos recursos necessários, para desenvolver o projeto. Mesmo assim, segundo ele, ganhou a concessão, porque as autoridades governamentais acreditavam nas "capacidades gerenciais" da empresa.

De acordo com as explicações do ministro, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) decidiu participar do empreendimento como fiador do empréstimo externo de 25 milhões de dólares obtido pela Capemi Agropecuária junto ao grupo francês Maison Lazard Frères, porque "tratava-se de um projeto de interesse nacional, com possibilidades de ganhos significativos e conquista de um grande mercado de exportação, sem colocar recursos — apenas confiança". Ele admitiu que, eventualmente, o BNCC poderá ter de cobrir essa dívida, mas procurou minimizar os prejuízos, explicando que, nesse caso, o desembolso anual

seria de, aproximadamente, Cr\$ 1 bilhão — em valores atuais —, o que corresponderia à metade do fundo para devedores duvidosos do banco, fixado em Cr\$ 2 bilhões no dia 31 de dezembro, para o exercício de 1983.

Amaury Stábile esforçou-se para justificar e defender a participação da Capemi e do BNCC no chamado "projeto Tucuruí", dizendo que "a operação foi bem coberta sob todos os ângulos". Antes de entrar com a fiança, disse o ministro, o banco "aplicou todos os seus critérios e analisou a garantia, a legalidade, a viabilidade e a rentabilidade do projeto". A operação, segundo ele, foi aprovada, sem qualquer restrição, pelos Conselhos de Administração e Fiscal, composto por representantes dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, e das cooperativas.

"O projeto tinha tudo para dar certo, porém enfrentou dificuldades para levantar voo", acrescentou o ministro, dizendo que os maiores problemas foram de natureza gerencial. Há um ano, segundo ele, o governo detectou os obstáculos enfrentados pela Capemi para cumprir seus objetivos e, através da coordenadora criada pelo Ministério da Agricultura, para acompanhar o projeto, fez repetidos alertas à direção da empresa para que mudasse seus métodos. "Todos esses esforços para viabilizar o empreendimento, no entanto, foram inúteis.

"Não houve nenhum negócio especial", afirmou Roberto Ferreira do Amaral, coordenador do "Projeto Tucuruí" no Ministério da Agricultura, que acompanhou Amaury Stábile na sua viagem a Curitiba. Ele disse que a intenção inicial do governo era não estatizar o projeto e, ao mesmo tempo, evitar que ele fosse dividido entre várias empresas, o que poderia

"tumultuar o mercado internacional de madeira". A solução encontrada foi entregar a concessão a um único grupo, "capaz de adquirir know-how para explorar outras áreas de florestas tropicais em reservatórios de hidrelétricas a serem construídas no futuro".

O ministro afirmou que, no momento, o governo está acompanhando "cautelosamente" o processo para que o BNCC não tenha prejuízos. Ele disse que até agora o BNCC não teve prejuízos porque os 2,2 milhões de dólares de juros vencidos, que deveriam ser pagos pela Capemi Agropecuária ao grupo francês, já foram cobertos pela Capemi Seguradora, sem qualquer desembolso para o banco. "Não teremos prejuízos nesse negócio — assegurou ele — porque há uma garantia adicional que é o patrimônio de 267 milhões de dólares da holding que controla a Capemi Agropecuária".

Amaury Stábile não quis adiantar se o governo estaria disposto a conceder facilidades ou até recursos financeiros para o consórcio que assumiria o lugar da Capemi Agropecuária na exploração da madeira. "Qualquer projeto será analisado, mas o governo não está mais disposto a assumir os prejuízos da iniciativa privada", desabafou Roberto Ferreira do Amaral explicou ainda que a Capemi ou as empresas que vierem a associar-se a ela no projeto não tem a tarefa de limpar totalmente os 216 mil hectares do reservatório de Tucuruí, mas apenas retirar a madeira, como forma de "reduzir ao mínimo a biomassa para não prejudicar o funcionamento da hidrelétrica. O total de madeira a ser retirado estaria avaliado, segundo ele, em 3 milhões de metros cúbicos, dos quais a Capemi só conseguiu explorar, até o momento, cerca de 20%.

Ministério poderá criar consórcio

Da sucursal de BRASÍLIA

O governo não tem responsabilidade pelo fracasso na exploração da madeira de Tucuruí. Trata-se de um projeto privado e as dificuldades têm se ser analisadas do ponto de vista da empresa contratada, a Capemi Agropecuária. Esta é a análise do coordenador especial de Tucuruí, Roberto Amaral, que é também superintendente da Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), que informou existir interesse de dois grandes grupos empresariais do País em consorciar-se para explorar a madeira da região, admitindo até juntarem-se à Capemi no empreendimento.

Hoje, o ministro da Agricultura, Amaury Stábile, terá reunião com todos os segmentos envolvidos no projeto-coordenadoria especial, IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo), para definir a solução a ser dada ao projeto. De acordo com Roberto Amaral, existem 150 mil metros cúbicos de madeira extraída em Tucuruí, prontas para exportação e consumo interno, que perfazem um total de

600 mil metros cúbicos explorados até hoje. Isto representa, tirando-se uma média entre exportações e comercialização interna, Cr\$ 25 bilhões. Além disso, a Capemi dispõe, no local, de equipamentos avaliados em 15 milhões de dólares. Nem tudo, porém, está pago, como confessou Amaral.

O coordenador especial de Tucuruí, que era diretor de comercialização do IBDF quando foi firmado o acordo de trabalho entre o órgão e a Capemi, explicou que foram publicados dois editais para concorrência: um no mês de dezembro de 1980 e outro 60 dias depois. No primeiro, 14 empresas mostraram-se interessadas, enviando cartas de intenções ao IBDF. No segundo, apenas a Capemi Agropecuária mostrou-se disposta a entrar com recursos próprios no empreendimento.

Algumas cooperativas estão dispostas a entrar com um "protesto formal na Justiça" contra a participação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) no aval dado à Capemi. Eles entendem que o dinheiro do banco é para atender aos cooperados e neste protesto incluem a antiga diretoria do BNCC, o Conselho Fiscal e o Conselho de Adminis-

tração da instituição. A informação foi dada por pessoa ligada ao cooperativismo, que afirma estarem as entidades em dificuldades pela obrigação de manter um "saldo médio" no banco.

Os cooperados estão irritados, ainda, com a transação feita na compra da sede do BNCC em São Paulo, que custou Cr\$ 1 bilhão e hoje é ocupada pela União das Cooperativas de São Paulo, que tem na sua presidência Américo Uttami, colega do ex-presidente Toshio Shibuya na Cooperativa de Cotia, pela Codecon (Cooperadora de Orientação e Defesa do Consumidor), dirigida pela filha do ministro Stábile, Marília Stábile, e um andar para o gabinete do ministro.

Outra crítica que se faz ao ex-presidente Shibuya é a de que, além de comprar um avião do BNH (Banco Nacional da Habitação), um "Cessna Citation", enviou-o aos Estados Unidos para troca de turbinas. A intenção era que o avião aumentasse sua capacidade de 600 quilômetros para 750 quilômetros por hora. Só que este reparo, ainda segundo a fonte, custou Cr\$ 1,5 bilhão aos cofres do BNCC.